PEQUENAS AMOSTRAS DA ATUAL PRODUÇÃO BRASILEIRA EM CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO: ALGUMAS SEMENTES DE ESPERANÇA¹

SMALL SAMPLES OF CURRENT BRAZILIAN PRODUCTION IN BEHAVIORAL SCIENCE: SOME SEEDS OF HOPE

Maria Cristiana Seixas Villani²

RESUMO: O presente artigo foi produzido na ocasião da abertura da Jornada Mineira de Análise do Comportamento de 2019. Procura apontar caminhos que a Ciência do Comportamento tem tomado em sentidos profícuos promovendo alterações de práticas culturais nocivas à sobrevivência das culturas; e para um planejamento cultural de sustentabilidade. Visto que para o behaviorismo Skinneriano o valor ético é, em última instância, a sobrevivência das culturas e o bem comum, o trabalho de desenvolver contingências e tecnologia comportamental que favoreçam tal ocorrência é um compromisso necessário para nós analistas do comportamento. Essa grandiosa tarefa, certamente, não pode ser cumprida senão pelo trabalho conjunto de diversas áreas do conhecimento. Contudo, algumas produções nacionais tanto no âmbito filosófico, quanto em pesquisa básica e aplicada da Análise do Comportamento têm trazido contribuições significativas, ainda que de pequeno alcance. Pretende-se que a partir desta leitura ocorra maior sensibilização e motivação entre estudantes de psicologia, analistas do comportamento e psicólogos para as diversas possibilidades de nossa atuação e trabalho prático na hercúlea tarefa de se construir um mundo melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Comportamento; Sensibilidade; Variabilidade; Reforço atrasado; Planejamento cultural.

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um momento crítico da existência humana, um momento em que mudanças robustas nas nossas práticas culturais – sistemas políticos e econômicos, estilos de vida, atitudes cotidianas das pessoas em geral – precisam acontecer imediatamente pois, o que está em jogo já não é unicamente a sobrevivência das culturas, mas também a sobrevivência do planeta Terra.

Skinner (1953/1994; 1971/1983) discutiu o fato de que muitas vezes as práticas comportamentais estabelecidas em uma cultura nem sempre são compatíveis com a sobrevivência desse grupo; isto quer dizer que hábitos e costumes de uma sociedade podem trazer-lhe consequências letais a médio e longo prazo.

Isto é o que estamos vivenciando na atualidade, as consequências letais de nossas práticas culturais. Estamos lidando com uma pandemia que já dura mais de um ano, inúmeros problemas de saúde pública, como por exemplo a drogadição, DSTs, transtornos mentais, obesidade, doenças cardiovasculares; estamos lidando com altos índices de violência, de suicídio

¹ Dedico este artigo ao Professor João Cláudio Todorov (1941-2021) que tanto contribuiu para a Ciência do Comportamento, para a Psicologia e para a produção acadêmica. Meu profundo agradecimento.

² Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Psicóloga Analista Comportamental Clínica. titavillani@yahoo.com

entre jovens; morte de floresta, de rios, morte de cidades inteiras. Tudo isto é consequência direta, porém atrasada, de muitas de nossas práticas culturais: o consumismo, o individualismo, a competitividade, o caráter passivo de nossos comportamentos.

Skinner, no texto “O que está errado com a vida cotidiana no mundo ocidental?” de 1987, nos explica por que perpetuamos esses padrões de comportamentos que nos são tão nocivos.

Acredito que as práticas culturais emergiram principalmente devido ao efeito agradável do reforço, e que grande parte do efeito fortalecedor das consequências do comportamento se perdeu. A evolução das práticas culturais falhou (SKINNER, 1987, p.2).³

Skinner aponta algumas razões pelas quais ocorreram tais falhas, no cerne dos motivos que ele apresenta está o fato de que nós humanos somos muito suscetíveis ao efeito imediato das consequências de nossos comportamentos e muito pouco sensíveis aos efeitos remotos. Desta forma, nossos comportamentos foram sendo controlados principalmente pelos efeitos agradáveis e aversivos imediatos, mais do que pelos efeitos fortalecedores das consequências de nossas ações, esses que muitas vezes ocorrem de maneira atrasada.

Por exemplo, podemos pensar como a especialização e a divisão do trabalho nos coloca sob controle de recompensas imediatas arbitrárias (ex.: dinheiro) e, nos distancia enormemente do reforço natural que seria o produto do nosso trabalho. Um operário de uma indústria têxtil que corta o tecido numa linha de produção dificilmente verá o casaco, cuja manga está cortando, pronto ao final do seu dia de trabalho.

A alienação do trabalhador é inevitável, num mundo que visa o lucro a partir da especialização e da divisão do trabalho. Uma pessoa não faz um casaco criando ovelhas, tosquiando lã, torcendo fios, tecendo pano e transformando o pano num casaco. Ao invés disso, uma pessoa cria ovelhas, outra torce fios, e outra tece algodão, e cada uma troca o que fez por um casaco feito por uma quarta pessoa. Não há dúvida da vantagem dessa especialização, mas a pessoa passa a maior parte do tempo fazendo um único tipo de coisa. (SKINNER, 1987, p. 3)

Fica evidente como a especialização do trabalho é imediatamente vantajosa para uma cultura contudo, em longo prazo, ela leva necessariamente à uma enorme restrição na variabilidade dos repertórios de seus indivíduos. E essa limitação ainda aumenta quando desenvolvemos tecnologias que nos preservam de esforço e de estimulação aversiva.

³Aqui Skinner diz da evolução enquanto aprimoramento, vale ressaltar que a evolução da espécie nem sempre segue na direção do aprimoramento, aliás, é esta a questão que está posta neste trabalho.

Cada vez mais utilizamos recursos para facilitar e poupar nosso trabalho. “As consequências aversivas são evitadas, mas perdem-se as reforçadoras. Assim como o trabalhador, o empregador faz menos coisas, mas cada uma delas com maior frequência.” (Skinner, 1987, p. 4). Como disse o próprio Skinner, estamos nos tornando experts em apertar botões. A facilidade e o conforto estão evidentemente no controle desses comportamentos, estes são efeitos agradáveis, porém não são efeitos fortalecedores. Como bons apertadores de botões temos um repertório pouquíssimo variado e alienado das consequências naturais, consequências estas que colocam o comportamento resistente a extinção e sensível às nuances do ambiente, isto quer dizer, forte e diversificado. Diferente das consequências arbitrárias imediatas arranjadas socialmente, estas que agradam, porém mantêm o comportamento limitado e suscetível à extinção e, muitas vezes, funcionando mais em benefício de quem provê a consequência arbitrária do que de quem se comporta. Ou seja, por vezes, o comportamento do trabalhador beneficia mais o empregador do que o próprio trabalhador.

Outro determinante para o fenômeno da insensibilidade do comportamento é o controle instrucional. ‘Seguir regras’ é uma classe operante que traz muitas vantagens no que diz respeito ao desenvolvimento das culturas – promove economia de tempo, de esforço, nos poupa de estimulação aversiva, possibilita o aprimoramento tecnológico. Desta forma, o controle pela regra pode se tornar mais forte do que o controle pela consequência do comportamento que a regra instrui. Mais uma vez o efeito da consequência natural do comportamento é perdido. Ainda mais quando as regras passam a ser estabelecidas por instituições e não mais por pessoas; sendo assim, a relação de contingência entre o comportamento e seus efeitos naturais se tornam mais remotos.

As consequências reforçadoras são ainda mais desgastadas quando regras éticas são substituídas por Leis. As Leis dos governos e religiões são mantidas basicamente em prol das instituições. Consequências tais como segurança e paz de espírito também ocorrem para o indivíduo (caso contrário as instituições não teriam sobrevivido enquanto práticas culturais), mas geralmente são atrasadas. Além disso, as práticas culturais mudam mais rapidamente do que as regras e Leis, e as pessoas, então, geralmente “fazem o que é certo” por razões que não são mais vantajosas para ninguém. (SKINNER, 1987, p. 6)

Ou, podem sim ser vantajosas apenas para as agências de controle – governos, instituições econômicas, religiões – e não mais para os indivíduos que se comportam.

Tal insensibilidade acarretada pela deterioração nas relações de contingência, pela distância entre o comportamento e suas consequências leva ao que Bauman (1998), citado por Lopes e Laurenti (2015), chama de *responsabilidade flutuante*. Isto quer dizer que enquanto

estamos nos comportando sob controle de regras institucionalizadas, a responsabilidade pelos efeitos de nossas ações é facilmente deslocada para essas instituições ou para terceiros hierarquicamente superiores e, então, o indivíduo que se comporta fica desligado moralmente das consequências de suas ações, amparado na justificativa de estar cumprindo ordens! “..., quanto mais ficarmos sob um controle estrito de regras, normas e regulamentos, menos sensíveis seremos ao outro e, conseqüentemente maior a chance de fazermos o mal a ele.” (LOPES; LAURENTI, 2015, p. 35). Segundo esses autores, esta é uma das condições que favorecem a ocorrência do comportamento violento e destrutivo.

Vejamos o exemplo das barragens de resíduos de mineração que se romperam recentemente nos arredores de Belo Horizonte, MG (Mariana, novembro/2015, Brumadinho, janeiro/2019). Todas as pessoas envolvidas na construção e aprovação do funcionamento das barragens atestaram sobre a viabilidade daquele tipo de sistema de tratamento de resíduos. Eles o fizeram certamente sob controle das regras impostas pelas empresas e pelo pagamento provido, e não pelos riscos reais que envolviam os moradores e toda a fauna e a flora do entorno das barragens. Da mesma forma, as empresas argumentam pela isenção de culpa amparadas nas leis e regulamentos que o Estado estabeleceu sobre técnicas apropriadas para a mineração no Brasil. Assim, a responsabilidade flutua e atos atrozes se tornam corriqueiros. As pessoas estão cada vez menos sensíveis às consequências de suas ações.

Contudo, as investigações sobre culturas e problemas humanos têm avançado – não só entre os analistas do comportamento, mas em outras diversas áreas da ciência – o que nos leva à compreensão dos determinantes desses problemas, haja vista alguns deles apresentados aqui. Esses estudos, conseqüentemente, nos incitam a procurar soluções ou maneiras de lidar com tais desafios. A Análise Comportamental tem caminhado nessa direção, ainda que timidamente. Sobre tais avanços quero destacar três áreas de investigação que considero bastante promissoras.

A primeira delas está no âmbito das investigações filosóficas, trata-se do trabalho do Professor José Antônio D. Abib (2007) sobre sensibilidade comportamental. Ele parte da discussão Skinneriana a respeito de seleção por consequências e reflete sobre consequências culturais. Os efeitos dos comportamentos dos indivíduos que ocorrem em longo prazo e recaem sobre o grupo ou sobre gerações futuras; consequências às quais os indivíduos que se comportam não estão sensíveis e que, ainda assim, são determinantes para sobrevivência da cultura a que pertencem esses indivíduos.

Abib (2007) toma como referência um valor ético proposto por Skinner que é o valor de

sobrevivência das culturas; e, tendo em vista este critério, propõe um projeto de educação da sensibilidade.

De acordo com a ética de Skinner, a consequência cultural consiste de produtos do comportamento que têm valor de sobrevivência para os grupos sociais. [...] do ponto de vista ético, consequências remotas só podem ser defendidas se tiverem valor de sobrevivência para as culturas. (ABIB, 2007, p. 67)

Abib defende um “porvir luminoso para as próximas gerações” e aponta que a possibilidade de realização de uma ética da vida e da esperança depende de uma educação da sensibilidade.

Como já mencionei anteriormente, somos sensíveis aos efeitos imediatos de nossos comportamentos. O autor se refere a esse tipo de sensibilidade como sensibilidade primeva, essa que evoluiu na filogênese e que nos coloca suscetíveis aos efeitos imediatos de nossos comportamentos e tem sim valor de sobrevivência para o indivíduo que se comporta. Contudo, muitas vezes, essa sensibilidade imediata pode não estar compatível com a sobrevivência. Pois “na natureza vigora o hedonismo não-educado.” (ABIB, 2007, p. 69). Por isso há a necessidade de se educar a sensibilidade, tornar o homem suscetível às consequências culturais. Esse é um projeto de desenvolvimento humano, ele está relacionado com a formação do autocontrole e da criatividade. Um caminho em que o prazer e o alívio da dor estejam harmonizados com valores de sobrevivência dos indivíduos e das culturas.

Um projeto de educação concebido como projeto de desenvolvimento humano precisa ser orientado para a compreensão de outros mundos, de outras culturas, de outros grupos sociais e indivíduos.

Cabe então ressaltar dois aspectos do projeto de educação da sensibilidade como projeto de desenvolvimento humano. O primeiro se relaciona com a formação do autocontrole. Cabe à família, à escola, às comunidades e aos grupos sociais a responsabilidade de, por um lado, educar as crianças no autocontrole do hedonismo da natureza, o hedonismo não-educado; e, por outro lado, formá-las nos valores éticos capazes de nortear seu comportamento para o desenvolvimento humano. O segundo se relaciona com a educação do indivíduo. [...] Educar o indivíduo para compreender outros mundos consiste em formá-lo como um indivíduo criativo. [...] Com essa estratégia, a cultura da alteridade, a cultura que estabelece as condições para o afloramento da pluralidade e diversidade, que são necessárias para a compreensão de mundos diferentes, toma a frente do processo de educação da sensibilidade (ABIB, 2007, p. 77-78).

Aproveito então para falar da segunda área de investigação que coloco aqui em destaque: a pesquisa básica sobre variabilidade e sobre comportamento criativo. Recentemente a Análise Experimental do Comportamento tem se dedicado ao estudo desses fenômenos, já que sua compreensão se mostra fundamental para o enfrentamento dos nossos maiores problemas

na contemporaneidade.

Pesquisas atuais (HUNZINKER e cols., 2002; CRUVINEL; SÉRIO, 2008; SÉRIO, 2009; RANGEL; RODRIGUES, 2010; OLIVEIRA; MICHELETTO, 2016, entre outros) têm demonstrado que o fenômeno da variabilidade comportamental é uma ocorrência que pode ser induzida por tipos de esquemas de reforço intermitentes, além de extinção, e o que é mais interessante, que a variabilidade pode ser produzida por reforço direto. Isto quer dizer que o comportamento de variar, ou, emitir uma resposta distinta das respostas anteriores é algo que pode ser ensinado diretamente, por reforço operante.

Segundo Skinner (1953; 1974) a variação precede a seleção. Para que ocorra a seleção de comportamentos saudáveis e adaptativos é preciso que haja variabilidade comportamental. Assim como a evolução das espécies dependem das mutações, a evolução das pessoas e de suas práticas culturais depende da variação de seus comportamentos.

Segundo Strapasson (2014), a variabilidade está na base dos desempenhos criativos e da resolução de problemas. Variar é um componente relevante, muito útil para que possamos entrar em contato com a contingência correta em situações problema. Devemos então, e estamos habilitados para trabalhar na promoção da variabilidade comportamental.

Finalmente, uma terceira área de investigação que quero apontar trata das pesquisas da Análise Comportamental Aplicada aos problemas humanos e planejamento cultural (TOURINHO, 2008; 2012; TODOROV, e cols. 1989, 2004, 2008, 2013; FRANCESCHINI, 2017; CARRARA, 2015; 2018; entre outros).

Dada a urgência em alterar práticas nocivas à saúde do planeta como um todo e estando os analistas do comportamento habilitados para essa tarefa, torna-se um compromisso ético e um dever moral nos envolvermos em alguma medida neste trabalho. É certo que ele não pode ser realizado senão por uma abordagem multidisciplinar. Como afirmou Carrara (2016), as demandas sociais e as soluções para os problemas humanos requerem um empreendimento conjunto de diversas áreas de conhecimento e não só da contribuição específica da Análise Comportamental. Contudo, ela é uma contribuição valiosa.

Cientistas do Comportamento, ao trabalharem na análise funcional de culturas e de metacontingências, produzem conhecimento para o planejamento e a reorganização de contingências de grupos sociais. Estamos lidando com a possibilidade concreta de prover contingências que alterem ou eliminem práticas culturais nocivas e que promovam e fortaleçam as que terão consequência compatíveis com a sobrevivência das culturas e com o bem-estar de seus membros.

Como delineadores de contingências culturais, precisamos estar atentos para o fato de que o nosso compromisso deve estar sob controle do interesse coletivo, do bem comum e do bem-estar social e, de maneira nenhuma, subjugado a interesses particulares ou a serviço de grupos hegemônicos. É preciso sim trabalharmos junto às agências de controle a quem compete a administração pública (câmaras municipais, prefeituras, assembleias legislativas, governantes em âmbito municipal, estadual e federal) onde podemos efetivamente dar a nossa contribuição - o que já começou a acontecer no planejamento e execução de políticas públicas, necessariamente norteadas pela ética humanista, e que têm como valor primeiro o bem comum.

Carrara (2016) diz que:

[...] políticas públicas compreendem decisões de governos, em diversas áreas, que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. São atos que o governo executa, ou deixa de executar e os efeitos que tais ações ou a sua ausência provocam na sociedade. Esses atos constituem, via de regra, uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. (CARRARA, 2016, p. 23)

Segundo este mesmo autor, a participação de analistas do comportamento na construção de políticas públicas apresenta boas perspectivas ainda que equilibradas com obstáculos. Algumas intervenções já podem ser vistas. Todorov e cols. (2008) desenvolveram o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas e afirmou:

[...] nosso objetivo é discutir a possibilidade de planejarmos, implementarmos e avaliarmos políticas públicas utilizando nosso conhecimento a respeito do comportamento humano. (TODOROV *et al.*, 2018).

O CREPOP já tem trabalhos desenvolvidos em políticas do trânsito na cidade de Brasília com resultados muito positivos; também um trabalho em fomento da economia solidária que se mostrou bastante profícuo (TODOROV; MOREIRA; FERREIRA; MARTONE, 2008).

A economista comportamental Carolina Franceschini (2016) traz da economia um conceito que tem contribuído para o planejamento de intervenções nesse âmbito de contingências culturais; o conceito de “*nudge*”. Ele pode ser entendido como um SD simples e de baixo custo que quando apresentado na contingência especificada tem o poder de alterar significativamente a probabilidade de escolha do comportamento apropriado ou, o que é mais correto.

Como cientistas do comportamento podemos modificar de forma simples e duradouras práticas culturais. Conhecendo seu ambiente, o controle que o ambiente exerce sobre você e sobre a sociedade, você pode conhecer algumas variáveis críticas pequenas, fazer intervenções de baixíssimo custo e conseguir que, não só as pessoas modifiquem seus comportamentos, mas que o façam de maneira prolongada. (FRANCESCHINI, 2016).

Esta autora dá exemplos de *nudges* implantados no Reino Unido e em outros países da Europa. Um deles foi chamado de *Opower*– uma breve informação na conta de luz sobre o consumo de energia comparado ao consumo de vizinhos. O efeito foi uma queda de 5% no consumo de energia em 29 (vinte nove) cidades. Um outro exemplo que Franceschini (2016) relatou foi uma alteração feita nos formulários sobre ser ou não doador de órgãos. No texto original apresentado no formulário constava: “*Marque X se você quer ser um doador de órgãos*” e o *nudge* foi o acréscimo da palavra “*não*”. O texto mudou para: “*Marque X se você não quer ser um doador de órgãos.*” Após esta modificação a doação de órgãos aumentou de 15% para 90% nos países implicados.

Todos esses exemplos parecem bastante promissores e o alcance desse tipo de ação tem aumentado a cada ano. Isso pode ser constatado nos trabalhos apresentados anualmente nos Encontros da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) e também da Jornada de Análise do Comportamento (JAC). Cada vez mais analistas do comportamento veteranos, jovens e iniciantes têm se engajado na elaboração de soluções para os problemas humanos. Podemos nos sentir orgulhosos? Ainda não. Temos um trabalho colossal a ser feito. O que já tem sido realizado, apesar de promissor, ainda está longe de ser suficiente. Devemos nos sentir motivados e arregaçar as mangas, pois as demandas sociais e ambientais urgem. Avante, Analistas do Comportamento!

REFERÊNCIAS

ABIB, J.A.D. **Comportamento e Sensibilidade - Vida, prazer e ética**. Santo André: ESE-Tec, 2007.

BOTECO BEHAVIORISTA, 2016, canal do youtube, https://www.youtube.com/watch?v=KBm_pYHFiVc. Acesso em: 27 maio 2019.

CARRARA, K. Análise comportamental da cultura e políticas públicas: trilhas recentes, obstáculos e perspectivas. **Comportamento em Foco Vol 8**. Disponível em: <http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/1540256062f013532843ad.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

FRANCESCHINI, A. C. T.; DA ROCHA, C. A. A.; ZILIO, D. A.; EPAMINONDAS, F.; CARRARA, K.. Utopismo, Ciências Comportamentais e Políticas Públicas. **Políticas Públicas: Contribuições da Análise do Comportamento**, 2008. Disponível em: <https://www.slideshare.net/borgesmoreira/politicas-pblicas-contribuies-da-anlise-do-comportamento>. Acesso em: 10 maio 2019.

LAURENTI, C.; LOPES, C. E. (org.) **Cultura, Democracia e Ética**. Reflexões Comportamentalistas. Maringá/PR: Eduem, 2015.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 9ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SKINNER, B. F. **O que está de errado com a vida cotidiana no mundo ocidental**. Campinas: ITCR, 1987.

STRAPASSON, B.; ROCHA, C.; EPAMINONDAS, F.; BARBA, L.; ORTOLAN, M.; BRILHANTE, T.. **Variabilidade Comportamental**: uma dimensão operante? Boteco Behaviorista, 2014, canal do youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p6_d86fN6UU. Acesso em: 21 maio 2019.